



**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**

PAUTA DA REUNIÃO – 05/04/2005

14h – Expediente

Aprovação da ata da reunião anterior

Calendário reuniões/20 anos CNDM

Informes:

1) Eventos 8 de março

2) Agenda Internacional: Beijing+10; CIM/mec monitoramento; Reunião da REM/Paraguai

3) Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano

Metas do Milênio: Câmara de Políticas Sociais e Fórum de Conselhos

Comissão Tripartite para revisão da legislação punitiva da interrupção voluntária da gravidez

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2005**

1 Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas, no salão de
2 reuniões do Hotel Eron, situado no setor hoteleiro norte, quadra 05, bloco “A”, Asa Norte em
3 Brasília–DF, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para
4 tratar da seguinte pauta: 1)Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Calendário
5 reuniões/20 anos CNDM. 3)Informes: Eventos 8 de março; Agenda Internacional (Beijing + 10,
6 CIM e Reunião da REM/Paraguai); Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano; 4)Metas do
7 Milênio; 5) Comissão tripartite. Estiveram presentes as seguintes Conselheiras da Sociedade
8 Civil: I) Schuma Schumacher/AMB; II) Gisela Zilsch/ABMCJ; III) Nilza Iraci Silva/Art. de Mulheres
9 Negras Brasileiras; IV)Maria Ednalva Bezerra de Lima/CUT; V) Dirce Cavalheiro Veron/CONAMI;
10 VI) Suplente Luzia Aparecida de Oliveira/CNTE; VII) Márcia Campos/CMB; (VIII)Suplente Edna
11 Maria Costa/CMB; IX)Suplente Iria Martins/BPW–BRASIL; X) Ana Luisa Fernandes
12 Gonçalves/BPW–BRASIL; XI) Nalu Faria Silva/Marcha Mundial; XII) Eline Jonas/UBM; XIII) Ana
13 Maria da Silva Soares/Rede Nac. Feminista; XIV) Suplente Lia Zanotta/Rede Nac. Feminista; XV)
14 Albertina de Oliveira Costa; XVI) Marilma Torres G. de Oliveira/OAB; XVIII) Maria Elvira Salles
15 Ferreira/Fórum de Mulheres do Mercosul; XIX) Suplente Dalva Maria Thomaz Rocha;
16 compareceu como observadora pela CGT a Senhora Rumiko Tanaka. Representantes
17 Governamentais: I)Secretária Adjunta Maria Laura Sales Pinheiro/SPM; II)Denis Santana Barros e
18 Fábria de Souza/MP; III)Regina Viola, representando Maria José de Oliveira Araújo/MS; IV)Denise
19 Antonia de Paula Pacheco/SEPPIR; V) Rosylane Vasconcelos representando Lucia Lodi/MEC;
20 VI)Eunice Lea de Moraes/MTE; VII) Hildézia Alves Medeiros/MDS; (VIII) Mari Machado/MCT; IX)
21 Regina Célia de Oliveira Bittencourt/MRE; X)Isabel Maria Madeiro Loureiro Maior/SEDH. A
22 reunião foi aberta pela Secretária-Adjunta da SPM, Maria Laura Sales Pinheiro, que

23 cumprimentou a todas e informou que a Ministra Nilcéa Freire não participaria da reunião por
24 estar em João Pessoa, na Paraíba, numa atividade de pactuação do Plano Nacional de Políticas
25 para Mulheres com estados e municípios, acrescentando que a Ministra voltaria a tempo de
26 participar, no dia seguinte, da cerimônia de instalação do Comitê de Monitoramento do Plano e
27 da Comissão Tripartite para Revisão da Legislação da Interrupção Voluntária da Gravidez. Em
28 seguida, Maria Laura deu as boas vindas ao novo conselheiro representante do Ministério do
29 Planejamento, sr Denis Santana Barros, sugerindo que as conselheiras se apresentassem para o
30 novo integrante do CNDM, o que foi feito. Em seguida, Maria Laura apresentou a proposta de
31 calendário para as reuniões do CNDM no ano, com a sugestão de se ter reuniões a cada dois
32 meses, na segunda quarta-feira do mês. Assim sendo, a próxima reunião seria em junho, a
33 seguinte em agosto, coincidindo com as comemorações dos 20 anos do CNDM, outra em
34 outubro e a última do ano em dezembro. Foi também informada às conselheiras a agenda de
35 viagens da Ministra para a pactuação do Plano com governos estaduais e municipais,
36 destacando a importância das conselheiras se integrarem nos seus estados e cidades, para
37 participar também dessas atividades. Foram apresentadas as justificativas de ausência das
38 conselheiras Clara Charf, em viagem pelo projeto Mil Mulheres para o Premio Nobel da Paz
39 2005, Myriam Brea/Ministério da Justiça e Maria José Araújo/Ministério da Saúde, também em
40 viagem de trabalho, Neuza/Força Sindical, por motivo de saúde de familiar, Helena
41 Ribeiro/suplente da Força Sindical por estar presente na posse da nova diretoria da entidade, e
42 a conselheira Rose Marie Muraro, que, embora melhor de saúde, teve que ficar no Rio de
43 Janeiro para a estréia de uma peça teatral de sua autoria. Em seguida, Maria Laura sugeriu uma
44 alteração na pauta, ficando para o final a aprovação da ata da reunião anterior, para que as
45 conselheiras pudessem fazer a leitura do material recebido, e iniciando pela Agenda
46 Internacional seguida do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, para que as
47 companheiras da Secretaria presentes à reunião pudessem estar liberadas em seguida, com o
48 que todas concordaram. Foi passada a palavra a Sônia Malheiros Miguel, diretora da
49 Subsecretaria de Relações Institucionais, para o informe da área internacional, do qual
50 constavam três pontos, conforme relatório entregue às conselheiras (anexo à ata): a 49ª Sessão
51 da Comissão sobre a Situação da Mulher, da ONU (Beijing+10), a reunião do Comitê Diretivo da
52 CIM (Comissão Interamericana de Mulheres) e a reunião da REM marcada para maio. Em relação
53 à Beijing+10 Sonia destacou a representatividade da delegação brasileira, chefiada pela
54 Ministra Nilcéa Freire e integrada pelo Ministério das Relações Exteriores, 6 deputadas, uma
55 senadora e várias organizações de movimentos feministas e de mulheres, que também fizeram
56 parte da delegação. Além disso, Sonia Malheiros considerou fundamental o trabalho da missão
57 brasileira em Nova Iorque, que também acompanhou as discussões dos projetos de resolução
58 enquanto acontecia a reunião oficial. Na discussão da declaração, a proposta que a grande
59 maioria dos países estava apoiando era de reafirmação da Plataforma de Ação de Beijing e a
60 importância de se implementar essa plataforma de ação, contra a proposta de emenda
61 apresentada pelos Estados Unidos, de incluir na declaração um parágrafo contra os direitos
62 sexuais reprodutivos e o aborto, o que não foi aprovado. Os Estados Unidos, isolados,
63 retiraram a proposta, e o texto foi aprovado sem esse artigo. A atuação da delegação brasileira
64 foi avaliada como muito expressiva, e a Ministra Nilcéa teve oportunidade de colocar a posição
65 do Brasil em vários espaços, pois além ter feito a declaração formal enquanto Chefe da
66 Delegação brasileira, ela também participou de outras duas mesas de debates. Sonia lembrou
67 que o informe detalhado encontra-se no relatório entregue às conselheiras, com discursos na
68 íntegra e links para detalhes de algumas informações e textos sobre a sessão, e em seguida
69 passou a palavra às conselheiras que estiveram presentes à Sessão para complementarem o

70 informe. A conselheira Dirce Veron, representante do CNDM em Beijing+10, destacou a
71 importância do contato que estabeleceu com outras mulheres índias, especialmente as latinas,
72 que muito contribuiu para seu aprendizado, e que foi repassado às outras índias de sua aldeia.
73 A conselheira Regina Bittencourt, do MRE concordou com Sonia Malheiros, de que foram
74 vitoriosas em evitar qualquer retrocesso tentado pelos EUA, e acrescentou que o excesso de
75 resoluções ocupou as delegações de tal modo que impediu uma maior reflexão sobre o que se
76 passou nesses dez anos desde Pequim, que era o objetivo da sessão. Regina considerou que os
77 EUA ficaram isolados, mas conseguiram tumultuar a sessão e impedir um aprofundamento na
78 análise dos 10 anos. A conselheira Márcia Campos destacou a importância da intervenção do
79 Brasil e de outros países, como Venezuela, Argentina, Uruguai e Espanha, impedindo o
80 retrocesso tentado pelos EUA. Lembrou que na intervenção da Ministra Nilcéa houve o resgate
81 da presença da sociedade civil na delegação como uma questão importante para o seu próprio
82 país. A conselheira Nilza Iraci acrescentou que participou da Conferência enquanto integrante
83 do Comitê Latino-Americano, reafirmando o papel da sociedade civil nesses espaços e
84 informando a respeito de painéis feitos sobre temas diversos, como a Reforma da ONU e a
85 pobreza. Na sua avaliação, a América Latina foi o continente mais organizado da Conferência.
86 Sonia Malheiros passou para o segundo ponto do informe internacional, a CIM, Comissão
87 Interamericana de Mulheres, lembrando que dias 21 e 22 de abril acontecerá a Sessão
88 Ordinária do Comitê Diretivo da CIM para o período 2004–2006, presidido atualmente pela
89 Ministra Nilcéa Freire. Lembrou que na última Assembléia Geral da CIM foi aprovada a formação
90 de um Comitê de Peritas para realizar o monitoramento da Comissão sobre a Eliminação de
91 todas as formas de Discriminação contra a Mulher. A recomendação para a indicação das
92 peritas é de que fossem escolhidas com consultas à sociedade civil, o que foi feito no Brasil
93 com reunião que contou com representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres, de
94 Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Educação, do CNDM e de organizações de
95 mulheres que trabalham com a questão da violência. Maria Laura informou que a representante
96 do Brasil escolhida foi a Dra Leila Linhares, e solicitou à conselheira Albertina Costa, presente à
97 referida reunião, que complementasse o informe. Albertina Costa acrescentou que a Dra Leila
98 Linhares, do Rio de Janeiro foi um nome de consenso, pois ela já havia feito um trabalho de
99 acompanhamento sobre a Convenção de Belém do Pará, ficando acordado que haveria um
100 grupo de apoio ao trabalho da perita. Sonia Malheiros passou para o ponto da Reunião das
101 Mulheres do Mercosul, informando que atualmente a presidência do Mercosul é do Paraguai,
102 devendo a reunião acontecer em Assunção, com dois grandes eixos temáticos que serão: a
103 discussão sobre Gênero e Economia, e Promoção da participação feminina nas esferas públicas
104 de decisão. Além destes, há questões referentes ao tráfico de mulheres, violência contra
105 mulheres e cooperação fronteiriça. Outra questão é a ampliação dos organismos da sociedade
106 civil que assessoram a REM, que conta somente com o Fórum de Mulheres do Mercosul, que
107 também apóia essa ampliação. Estando concluído o relato da parte internacional, Maria Laura
108 passou a palavra para Ângela Fontes, Subsecretária de Planejamento da SPM, para tratar do
109 ponto referente ao Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para
110 Mulheres. Ângela Fontes informou que a instalação do Comitê será feita no dia seguinte à
111 reunião do Conselho, e que já estão feitas as indicações dos nomes de todas as companheiras
112 que estarão participando, inclusive a representação do CNDM, através das conselheiras Lia
113 Zanotta e Maria Edinalva Lima. Ângela acrescentou que na primeira reunião do Comitê serão
114 definidas as suas atribuições e a composição das Câmaras Técnicas, além da realização de uma
115 oficina de trabalho sobre monitoramento e avaliação lembrando ainda que os participantes do
116 Comitê são os Ministérios da Educação, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento

117 Agrário, do Desenvolvimento Social, do Planejamento, do Trabalho, a Secretaria de Direitos
118 Humanos, a de Promoção da Igualdade Racial e o CNDM. Destacou a importância da pactuação
119 do Plano nos estados e municípios, que já esta sendo realizada, para que prefeitos e
120 governadores trabalhem os organismos de executivo, com a presença e acompanhamento do
121 movimento social. Maria Laura passou então para o informe das discussões que estão sendo
122 promovidas sobre as Metas do Milênio. Informou que a Casa Civil, por meio da Câmara de
123 Políticas Sociais, está encaminhando e construindo uma proposta de discussão de uma
124 adequação dos Objetivos do Milênio à realidade brasileira, com previsão de um Seminário
125 Nacional para ouvir e agregar opiniões entre sociedade civil e o governo, sobre os Objetivos e
126 as Metas do Milênio. Desta forma, verificou-se que a questão dos Objetivos do Milênio está
127 sendo discutida pela Câmara de Políticas Sociais, espaço exclusivamente governamental, e
128 também pelos Conselhos de Políticas Públicas participativos, com a presença da sociedade civil.
129 Natalia Fontoura, da Secretaria de Políticas para Mulheres, apresentou a discussão que tem sido
130 feita no âmbito do governo, para elaborar o relatório brasileiro, lembrando que na pasta das
131 conselheiras há um quadro com um resumo dos indicadores propostos pelas Nações Unidas e
132 os que o Brasil acrescentou, e as sugestões de encaminhamento para a elaboração do relatório
133 de 2005, onde serão propostas novas metas e indicadores, para que reflitam a situação de
134 desigualdade entre os sexos no país, na perspectiva de que em todas as metas se incorpore a
135 perspectiva de gênero. A conselheira Maria Ednalva lembrou que a discussão sobre os
136 Objetivos do Milênio não é simples, inclusive entre as entidades da sociedade civil, onde não há
137 consenso. As conselheiras Nilza Iraci, Nalu Faria, Lia Zanotta e Hildézia Medeiros concordaram
138 com a conselheira Schuma Schumacher, de que o Conselho não fez essa discussão, e que dentro
139 da sociedade civil, nas organizações de mulheres, há posições diferentes, destacando o
140 respeito pelo trabalho feito pela conselheira Eline e pedindo maiores esclarecimentos. A
141 conselheira Eline Jonas informou que, a partir da solicitação de que cada conselho identificasse
142 um objetivo, com metas e indicadores, apresentou o Plano Nacional de Políticas para Mulheres
143 aos demais conselhos participantes, ficando acertado que levaria à próxima reunião dos
144 conselhos a posição de que o CNDM não teve condições de travar a discussão sobre os
145 Objetivos do Milênio, defendendo a transversalidade para as questões de gênero. Passou-se
146 então para o próximo ponto de pauta, o da Comissão Tripartite para a revisão da legislação
147 punitiva que trata da antecipação voluntária da gravidez. A Secretária-Adjunta Maria Laura fez
148 uma recapitulação do processo de indicação das entidades para compor a referida comissão
149 pela sociedade civil, com a indicação do Conic como a sexta entidade indicada pelo CNDM.
150 Com a recusa do Conic em integrar a comissão, foi feito o convite à SBPC, indicado pelo CNDM
151 como segunda opção, que aceitou. As indicações da parte do Governo são: Denise Figueiras
152 Caldas, pela Casa Civil; Paulo, cientista político pela Secretaria Geral, Pedro Vieira pelo
153 Ministério da Justiça, Maria Jose Araújo, também do CNDM, pelo Ministério da Saúde, Carolina,
154 pela Secretaria de Direitos Humanos, e pela SPM a Ministra Nilcéa indicou a Secretaria Adjunta
155 para a coordenação. Pela sociedade civil, o CNDM indicou as entidades, que indicaram os
156 nomes: Lia Zanotta pela Rede Feminista de Saúde, Maria Elvira pelo Fórum do Mercosul, Maria
157 Ednalva pela Central Única dos Trabalhadores, Schuma Schumacher pela Articulação de Mulheres
158 Brasileiras, Dr Thomas Golope pela SBPC, tendo e a Febrasgo indicado seu próprio presidente
159 Dr. Edmundo Chada Baracat. Em relação à participação do legislativo na comissão, Maria Laura
160 informou que a Ministra teve audiências com os presidentes da Câmara e do Senado,
161 solicitando que fosse acatada a indicação que as bancadas femininas de cada uma das casas
162 fizesse, o que foi concordado tanto pelo deputado Severino Cavalcante como pelo senador
163 Renan Calheiros. Acrescentou que hoje foi informada que o presidente Severino encaminhou os

164 nomes das deputadas Elaine Costa e Sueli Campos, diferentemente dos nomes que haviam
165 sido encaminhados pela Coordenação da Bancada. Apesar disso, Maria Laura informou que está
166 mantida a instalação da comissão para o dia seguinte, às dez horas da manhã, no auditório do
167 Ministério da Educação, embora todos os nomes que a irão compor ainda não estejam
168 definidos. Passou a palavra para Tatau Godinho, Subsecretaria da SPM, para outras
169 informações sobre a Comissão Tripartite. Tatau informou que a proposta é que a comissão
170 tenha sessenta dias de trabalho, sendo a própria comissão que vai definir a sua dinâmica de
171 trabalho, podendo ser prorrogada por mais sessenta dias. Lembrou que o objetivo da comissão
172 não é somente gerar uma discussão, mas é de ter um produto final, tendo que para isso ser
173 muito centrada no trabalho, para que se tenha um resultado nesse período de tempo. Maria
174 Laura acrescentou que o trabalho da comissão é de muita responsabilidade, e também de
175 muita coragem, uma vez que o governo encaminhou e abriu um espaço institucional para a
176 discussão de um tema que até então somente a sociedade civil tinha o direito de conduzir, o
177 que indica para nós da Secretaria a responsabilidade na coordenação dessa comissão e
178 também o compromisso de ter deste processo o melhor resultado possível. Informou que pela
179 Secretaria internamente foi definido quem vai contribuir para o trabalho da comissão, além de
180 Tatau Godinho, Regina Adami, assessora legislativa, Ana Paula Gonçalves, da assessoria
181 jurídica, e Liege Rocha, que acompanha a área da saúde. Terminado este ponto, a conselheira
182 Maria Elvira sugeriu que o Conselho se manifeste para a Deputada Federal Iara Bernardes
183 parabenizando-a pela aprovação de projeto de sua autoria que retira a expressão “mulher
184 honesta” do Código Penal, entre outras alterações que representam conquistas para a mulher
185 brasileira. Com a concordância de todas as conselheiras sobre esta proposta, passou-se para a
186 apreciação da ata da reunião anterior, que foi aprovada. Maria Laura agradeceu a presença de
187 todas e deu por encerrada a reunião.